

CONSTRUÇÕES SUBJETIVAS DEÔNTICAS E ARGUMENTAÇÃO: UMA PROPOSTA DE INTERFACE GRAMÁTICA E INTERAÇÃO

(Deontic subjective constructions and argumentation: a proposal for the interface between grammar and interaction)

Amitza Torres Vieira¹
Universidade Federal de Juiz de Fora

Nilza Barrozo Dias²
Universidade Federal Fluminense

RESUMO

O objetivo deste estudo é investigar a função das construções encaixadas completivas subjetivas deônticas (DIAS, 2013), com verbo ser + necessário, no discurso de deputados da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ). A proposta de trabalho entrelaça a vertente Funcionalista à perspectiva da Sociolinguística Interacional, no intuito de examinar a interface gramática e interação. Teoricamente, são empregados pressupostos do discurso, tendo como ferramenta principal de trabalho a análise sequencial da argumentação na fala dos deputados da ALERJ. A essa perspectiva alia-se a abordagem da sintaxe funcionalista (HALLIDAY, 1985; NEVES, 1997) na identificação e na descrição do uso da construção ser + necessário nos discursos dos parlamentares. Na análise argumentativa, são utilizados os componentes da argumentação propostos por Schiffrin (1987): posição, disputa e sustentação. A pesquisa é de natureza qualitativa e interpretativa e utiliza dados de fala reais como base para o trabalho. Os resultados parciais do estudo mostram que as construções ser + necessário ocorrem preferencialmente na apresentação das posições dos deputados e apresentam valor deôntico (NEVES, 1996), expressando uma fraca obrigação moral ou material. Na fala argumentativa dos parlamentares, essas construções contribuem para modalizar o que é defendido, na tentativa de atenuar a apresentação de críticas ao governo.

Palavras-chave: Gramática. Interação. Argumentação. Construção subjetiva. Modalidade deôntica.

ABSTRACT

The objective of this study is to investigate the function the subjective impersonal complete constructions (DIAS, 2013) with a verb to be + necessary in the discourse of deputies of the Legislative Assembly of Rio de Janeiro (ALERJ). The work proposal intertwines the Functionalist dimension to the perspective of Interactional Sociolinguistics, in order to examine the grammatical and interaction interface. Theoretically, discourse tools are used, having as main work tool the sequential analysis of the argumentation in the speech of the ALERJ deputies. To this perspective, the approach of functionalist syntax (HALLIDAY, 1985; NEVES, 1997) in the identification and description of the use of construction is necessary in the discourses of the deputies. In the argumentative analysis, the components of the argumentation proposed by Schiffrin

¹ É Licenciada em Letras pela Universidade Estadual de Minas Gerais (1997), Mestra em Linguística pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2002) e Doutora em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2007). Fez Pós-Doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (2017). É Professora Adjunta da Universidade Federal de Juiz de Fora, atuando como professora na Faculdade de Letras e na Pós-Graduação em Linguística. Desenvolve pesquisas na área da Sociolinguística Interacional e na interface gramática e interação, com ênfase em argumentação e avaliação em dois contextos institucionais: PROCON e Audiências do Juizado Especial Criminal

² É Licenciada em Letras pela Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia (1976), Especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Federal Fluminense/UFF (1987), Mestra em Letras pela Universidade Federal Fluminense (1994) e Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP (2001). Fez Pós-Doutorado na Universidade Católica Portuguesa, em Braga, Portugal (2015). É Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense. Atua no ensino de Graduação e na Pós-Graduação em Estudos de Linguagem. Tem experiência na área de Linguística, atuando principalmente em: Variação e Mudança; Gramaticalização; Funcionalismo; Semântica Cognitiva e interface Gramática versus Interação.

(1987) are used: *position, dispute and sustentation*. The research is qualitative and interpretive and uses real talk data as the basis for the work. The partial results of the study show that the constructions are required to occur preferentially in the presentation of the deputies' positions and present a deontic value (NEVES, 1996), expressing moral or material obligation. In the argumentative speech of the parliamentarians, these constructions contribute to modify what is defended, in the attempt to attenuate the presentation of criticisms to the government.

Keywords: Grammar. Interaction. Argumentation. Subjective construction. Deontic modality

Recebido em: julho 2018

Aceito em: abril 2019

DOI: [10.26512/les.v20i2.10816](https://doi.org/10.26512/les.v20i2.10816)

INTRODUÇÃO

O tema maior deste trabalho é a relação entre conexão de orações e argumentação em situação de fala institucional. A pesquisa é orientada por um paradigma de linguística que elege como ponto de partida a linguagem em uso. Isso implica pensar a linguagem como uma forma de prática e ação social e a Sociolinguística como o estudo da linguagem na vida social, trabalhando explicitamente a interface linguagem e sociedade.

Os primeiros estudos em Sociolinguística eram dominados por uma abordagem que focaliza em particular a variação e a mudança nas línguas e dialetos como sendo causadas por fatores sociais de ordem macro. A esta visão soma-se uma vertente que elege a interação social como o lugar que constitui e é constituído pela linguagem. Essa perspectiva focaliza principalmente fenômenos sociais e linguísticos de ordem micro. Uma terceira vertente em Sociolinguística (GUMPERZ, 1982; COUPLAND, 2001), a qual este estudo se alinha, defende uma perspectiva *integracionista* que procura construir uma ponte entre o micro e o macro, isto é, liga conceitos sociais macro à análise de práticas comunicativas locais.

Também nessa perspectiva, Ochs, Schegloff e Thompson (1996) defendem que a análise do fenômeno linguístico pode ser vista como a convergência de uma relação estreita e dependente entre o contexto que modela e é modelado pela gramática. Os autores compilam uma série de pesquisas que revelam regularidades em alguns fenômenos linguísticos já investigados³. Esses fenômenos constituem práticas que os falantes desenvolvem na solução das necessidades mais recorrentes *do tempo real*, das atividades diárias de interação e execução de ações relevantes.

Este artigo pretende aliar-se a essa nova perspectiva de análise linguística, promovendo um diálogo entre duas vertentes da linguística, igualmente importantes nos estudos que primam pela

³ Referenciamos, por exemplo, além de Ochs, Schegloff e Thompson (1996), as publicações organizadas por Selting e Couper-kuhlen (2001).

análise da língua em uso: a sintaxe funcionalista e a argumentação discursiva. Mais especificamente, nosso olhar debruça-se sobre a sintaxe em uso, com o objetivo de investigar como as construções encaixadas completivas subjetivas deônticas (doravante construções subjetivas deônticas) (DIAS, 2013, 2014) com verbo *ser* + *necessário* atuam na argumentação dos discursos de deputados da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ). Nossos objetivos específicos são identificar o lócus de ocorrência dessa construção na estrutura argumentativa dos discursos de dois parlamentares e investigar o papel que o uso dessa estrutura sintática exerce em suas argumentações.

A investigação da interface gramática e discurso tem se mostrado bastante relevante na explicação de alguns fenômenos sintáticos, cujas respostas para a ocorrência um tanto diversa não encontram respaldo somente nas propostas teóricas sintáticas e semânticas. Nessa perspectiva, no exame de fenômenos sintáticos, a pragmática deve ser considerada junto a propostas semânticas.

Para investigar a variedade de ligações entre interação e gramática, Ochs, Schegloff e Thompson (1996) propõem a convergência de três perspectivas de pesquisa: a Linguística Funcional, a Antropologia Linguística e a Análise da Conversa. Os autores apontam a matriz da Gramática Interacional como uma nova possibilidade de tratar a descrição linguística. Nessa visão, a gramática é parte de uma gama mais ampla de recursos que subjazem à organização da vida social. É uma realização contingente e tácita, simbiótica com a configuração da interação social que constitui sua base.

Nos últimos anos, no Brasil, trabalhos nessa linha (DIAS; VIEIRA, 2008; COSTA, 2008; FERREIRA, 2009; VIEIRA; DIAS, 2018) comprovam haver relação entre argumentação e articulação de orações. Por exemplo, o trabalho desenvolvido por Dias e Vieira (2008), com dados de audiências de conciliação no PROCON, mostrou expressiva ocorrência das orações hipotáticas adverbiais de finalidade na sustentação das posições dos participantes de encontros no órgão de proteção ao consumidor. As autoras mostram que, como as orações de finalidade são utilizadas para descrever a execução de objetivos dos participantes, são preferencialmente inseridas em narrativas, pois por meio da narração podem ser relatados fatos que realcem intenções ou metas dos protagonistas. Assim, na argumentação do PROCON, as orações de finalidade estariam contribuindo para a evidência das provas. Em estudo recente, as autoras demonstram que, também na argumentação dos participantes de audiências Preliminares no Juizado Especial Criminal (JECRIM), a sustentação é o lugar preferencial para ocorrência de orações de finalidade (VIEIRA; DIAS, 2018).

A interação social que constitui o contexto de nossos dados, discursos na tribuna, envolve, explícita ou implicitamente, uma opinião sobre um tema. Pressupusemos que essa especificidade

forneceria os elementos para uma análise argumentativa, visto haver, neste contexto, uma expectativa de os participantes trazerem para o evento comunicativo suas posições acerca de temas de interesse da população, tendo em vista o cargo político que ocupam. Como uma análise preliminar dos dados identificou expressiva ocorrência de construções subjetivas com verbo *ser* + *necessário* na fala dos parlamentares da ALERJ, questionamos: nesse contexto, haveria também uma orientação argumentativa no uso de orações subjetivas deônticas? Mais especificamente, perguntamos: qual o papel dessas orações na argumentação dos deputados?

A análise argumentativa será realizada tomando como base a perspectiva interacional de Schiffrin (1987). Para a autora, a argumentação é um modo misto do discurso, parcialmente monológico e parcialmente dialógico, por meio do qual os participantes de uma interação disputam posições antagônicas. A proposta de Schiffrin (1987) para a sequência argumentativa engloba três componentes: posição, disputa e sustentação. Faremos uso dessa tipologia como ferramenta analítica para a identificação dos movimentos de argumentação formulados pelos participantes da audiência investigada neste trabalho.

O estudo linguístico apresentado neste artigo é realizado a partir de uma perspectiva que se baseia na língua em uso, o que caracteriza a Linguística Funcional, aliada à investigação de fatores sociais, o que caracteriza a Sociolinguística Interacional. Junto a esses fatores externos que modificam a análise de um dado, caracteriza-se o entorno, ou seja, analisa-se o contexto de uso e enumeram-se traços linguísticos no entorno da construção.

A análise funcionalista será realizada nas construções subjetivas deônticas. São construções por estabelecerem um pareamento entre forma e sentido (GOLDEBERG; BYBEE, 2016): a oração matriz + oração/enunciado com função sintática de sujeito constituem uma forma utilizada pelo falante para marcar um sentido impessoalizado em relação ao contexto discursivo. Tais orações matrizes se fazem representar pelas seguintes estruturas linguísticas na língua portuguesa: verbo *ser* + adjetivo *ou* verbos intransitivos (*acontecer, convir*, etc.). Dentre as orações matrizes de construções subjetivas, temos então três tipos com verbo *ser* (predominantemente no Modo Indicativo e na 3ª pessoa do singular) mais adjetivos que podem expressar valores semânticos epistêmico, deôntico e avaliativo, dependendo do posicionamento do falante em relação ao evento descrito na oração subjetiva.

Para este trabalho, selecionamos a oração matriz com *é* + *necessário*, que expressa valor semântico deôntico, campo propício para os valores de obrigação e permissão, situados no domínio do dever, no eixo da conduta (NEVES, 1996; CASTILHO, 2010; CASIMIRO, 2007; ALVES WIEDEMER, 2016; NASCIMENTO, 2010). O adjetivo *necessário* geralmente se apresenta mais

independente das obrigações moral e física projetados por *preciso* e *obrigatório* (ALVES; WIEDEMER, 2016).

Com o intuito de contribuir para o melhor entendimento sobre as construções subjetivas deônticas e seu uso orientado pelo contexto, reportamos aqui um estudo exploratório de caso de base interpretativa e qualitativa, a partir de dados reais de fala.

1. CONSTRUÇÕES SUBJETIVAS E MODALIDADE

Construção é aqui entendida como um pareamento de forma e função (GOLDBERG, 1995, p. 4). Na relação entre forma e significado bastante integrada, entende-se forma como padrão formal que pode abranger formas presas, itens lexicais e sentenças; enquanto o significado prevê os componentes semântico e pragmático. Assim, toda e qualquer estrutura linguística é construcional, do morfema às orações, e das orações ao texto (BYBEE, 2016; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

Formalmente, a construção subjetiva se realiza como [V. SER +*slot*_{oração matriz} [formas verbais (não) finitas _{oração completiva subjetiva}]], isto é, essas construções são aquelas constituídas de oração matriz seguida de oração (ou sentenças⁴) que responde(m) às mesmas demandas de um sujeito oracional posposto: não apresentam traços de agentividade, de tópico, de informação dada e nem de animacidade. Convive a sintaxe com aspectos semântico-discursivos da oração matriz, que, além da função de predicar a oração sujeito, abre espaço para os adjetivos modalizarem ou refletirem modalização/avaliação expressa pelo locucionário (DIAS; LIMA-HERNANDES; ABRAÇADO, 2017). A construção apresenta uma forma fixa com *slots* a serem preenchidos por adjetivos (valores deônticos, epistêmicos e avaliativos), mas restringem-se os tipos de adjetivos que são selecionados pelo falante nesse preenchimento (BYBEE, 2016; DIAS; BRAGA, 2017). No exemplo a seguir, encontramos o adjetivo de valor deôntico “preciso” sendo repetidamente utilizado.

- (i) (...) apresentei um conjunto de ideias, Deputado Dionísio Lins, a primeira delas está gravada nos programas eleitorais da época, era transformar o trem em metrô de superfície. Hoje vejo que a maioria dos candidatos ao Governo já adotam esse tema como lema. Mas é **preciso fazer**, é **preciso trocar a infraestrutura ferroviária**, os dormentes apodrecidos, é **preciso realinhar muitos segmentos de**

⁴ Conforme proposta de Castilho (2010), que utiliza a denominação sentença.

trilhos, é preciso cobrir as estações, comprar mais composições, aumentar os sistemas de segurança. (ALERJ – Luiz Paulo, 12/08)

Segundo Castilho (2010), pode-se alavancar as semelhanças entre o adjetivo modalizador deôntico e os verbos desiderativos. Ambos são recursos para projeção de ação futura. Ao contrário das porções iniciais do exemplo em que há a presença explícita do falante (observável pela conjugação verbal e pelos pronomes relacionados à primeira pessoa), no trecho final, essa presença é escamoteada pelos recursos supracitados, demonstrando a tese de que é preciso fazer melhorias na malha ferroviária do Rio de Janeiro.

Conforme Dias (2018), o verbo *ser* se realiza categoricamente em 3ª pessoa do singular do modo indicativo nos séculos recentes. No exemplo (4), o uso de “é” representa uma forma morfossintática unipessoal (NEVES, 1996) e constitui uma estratégia linguística que permite ao falante simular seu distanciamento do assunto abordado, favorecendo a interpretação de que está descompromissado da informação veiculada⁵ (DIAS; LIMA-HERNANDES; ABRAÇADO, 2017). Tal estratégia propicia uma leitura de aplicação genérica (NEVES, 1996; HALLIDAY, 1994; LANGACKER, 2011) e não pessoal em relação ao conteúdo expresso na oração completiva subjetiva, ou seja, tudo precisa ser feito em relação aos trilhos, mas o falante se afasta dessa responsabilidade, formalmente, apresentando recursos de descompromisso (terceira pessoa) e de generalização (ausência de sujeito sintático individuado). Pode-se destacar ainda a forma verbal não finita (com destaque para o infinitivo), que projeta o fato expresso na oração completiva subjetiva para o mundo potencial (BYBEE, 1994).

No que diz respeito às construções subjetivas com *é + adjetivo* no português brasileiro, considera-se a classificação com base nas propriedades semânticas dessas sentenças (CASTILHO 2010). Assim, o adjetivo ou o verbo da oração matriz poderá indicar as seguintes possibilidades: os modalizadores epistêmicos asseverativos e dubitativos; os modalizadores deônticos (o falante considera obrigatório o conteúdo proposicional); e, ainda, a sentença matriz com modalização pragmática (ou avaliativo para alguns autores).

No que tange à análise de modalizador deôntico, selecionamos o adjetivo *necessário*. De acordo com Neves (2006, p. 204), a construção subjetiva pode apresentar a modalização deôntica, que pode expressar ordem, comando, necessidade, obrigação ou permissão. Tal predicativo pode

⁵ No português brasileiro, as construções completivas com função de sujeito não apresentam pronome como apêndice de verbo, como ocorre nas construções impessoais do francês e do inglês, embora possamos perceber o valor semântico impessoal, usado como recurso para escamotear a expressão de subjetividade do locucionário na língua portuguesa.

harmonizar-se (NEVES, 2006; LYONS, 1977) com palavras ou locuções na oração completiva subjetiva ou com o seu entorno textual (DIAS; BRAGA, 2018).

Em relação aos diferentes meios linguísticos por meio dos quais a modalidade pode ser expressa, Neves (2006, p. 167) elenca uma lista de representações formais da modalidade, entre elas: verbo auxiliar modal, como *deve*; advérbio; adjetivo em função predicativa, como *preciso* e *necessário*; e ainda categorias gramaticais da predicação – a saber, tempo, aspecto e modo – que podem aparecer associadas a advérbios. Dessa variedade de meios linguísticos para a expressão da modalidade deôntica, interessa-nos o adjetivo *necessário* em função predicativa, que não é utilizado como recurso de obrigação forte, mas como uma necessidade dentro da modalização deôntica. Segundo Bybee (1994), a *necessidade* reporta à existência de condições físicas que compelem um agente a completar a ação, dentro da modalidade orientada para o agente.

Para a expressão da modalidade deôntica, o falante baseia-se em regras sociais a fim de apresentar comandos, seja pela necessidade, seja pela obrigatoriedade (DIAS, 2014; NEVES, 2006). Nos termos de Lyons (1977), “o termo deôntico (do grego ‘deon’: o que é obrigado) é amplamente usado por filósofos para se referir a um ramo particular ou extensão da lógica modal: a lógica da obrigação e da permissão”⁶ (cf. VON WRIGHT, 1951, *apud* LYONS, 1977, p. 823). O autor acrescenta que “(...) modalidade deôntica diz respeito à necessidade ou possibilidade de atos serem executados por agentes moralmente responsáveis”⁷ (LYONS, 1977, p. 823).

Segundo Ilari e Basso (2008, p. 478), ao instanciar esse predicativo deôntico, o falante enquadra o enunciado no sistema de suas crenças e perspectivas pessoais, alertando o interlocutor de que não se deve contrariar esse enunciado sem contrariar todo um sistema de crença e valores, que são propriedade privada de quem fala. Ou seja, os predicados de valor deôntico indicam que o estado-de-coisas descrito na oração completiva subjetiva é apresentado como uma *necessidade*, *obrigação*, *permissão* ou como uma *proibição* (BYBEE, 2016; GONÇALVES; SOUZA; CASSEB-GALVÃO, 2008).

Castilho (2010, p. 363) segue a mesma linha de pensamento ao afirmar que:

Os modalizadores deônticos predicam o conteúdo sentencial, que passa a ser entendido como um estado-de-coisas que precisa ocorrer obrigatoriamente. Não é mais o valor de verdade da sentença que está em jogo, como nas classes anteriores epistêmicos asseverativos e epistêmicos dubitativos. Esses modalizadores correspondem à função desiderativa da linguagem, donde a noção de futuridade

⁶The term deontic (from Greek ‘deon’: “what is binding”) is now quite widely used by philosophers to refer to a particular branch or extension of modal logic: the logic of obligation and permission (cf. VON WRIGHT, 1951, *apud* LYONS, 1977, p. 823).

⁷(...) deontic modality is concerned with the necessity or possibility of acts performed by morally responsible agents (LYONS, 1977, p. 823).

que os acompanha. Assim, a análise da modalidade deôntica depende essencialmente de um conjunto de regras sociais e morais estabelecidas. É a partir dessas regras e convenções que são estipulados os valores de permissão, proibição e obrigação. Esse conjunto de normas sociais pode ser escrito na forma de leis ou fundamentado nos hábitos e costumes de uma dada sociedade, sob pena de alguma coerção ou punição.

Outra característica importante da modalidade deôntica, conforme Lyons (1977), é o fato de ela derivar de alguma origem ou causa, podendo ser uma pessoa ou uma instituição. Assim, além dessa convenção de regras sociais e morais, é necessário também que haja o reconhecimento, por parte dos membros de uma dada sociedade, dos valores e pesos dessas normas. Dessa forma, sempre haverá um agente para impor alguma proibição, permissão ou obrigação, e algo ou alguém que esteja sob essa qualificação modal.

Da mesma forma, para que se reconheça uma expressão deôntica como tal, haverá sempre fatores sócio-culturais associados às expressões linguísticas, ou seja, a modalidade deôntica não é apenas linguisticamente marcada, mas depende de fatores externos à própria língua (WIEDEMER, 2016; CASIMIRO, 2007). A obrigação, na modalidade deôntica, reporta à existência de condições externas ou internas no agente em relação à completude da ação expressa no predicado principal. Além de se observar a atuação de fatores externos e /ou internos, pode-se destacar a leitura de projeção futura de evento, observada na modalidade deôntica (BYBEE; PERKINS; PAGLIUCA, 1994; ABRAÇADO; LIMA-HERNANDES; DIAS, 2015), resultante de um valor desiderativo (CASTILHO, 2010)

Já nas considerações acerca do nível textual-discursivo, podemos observar uma relação especial que se estabelece entre a construção subjetiva e o cotexto discursivo, em que são observadas as realizações pragmáticas. A construção sob estudo veiculará uma noção semântica impessoal (HALLIDAY, 1994; LANGACKER, 2011), genérica e, em alguns casos, negativa em relação ao cotexto discursivo, que é marcado por experiências pessoais do indivíduo, na forma de narrativas, exemplificações em primeira pessoa, resultados estatísticos, justificativas e evidências, que reforçam o escamoteamento da subjetividade do locucionário. Todas as ferramentas são mobilizadas para atenuar, de modo sutil, a posição do falante (DIAS; LIMA-HERNANDES; ABRAÇADO, 2017).

2. ARGUMENTAÇÃO E INTERAÇÃO

A tradição dos estudos argumentativos remonta a Aristóteles e à sua definição de raciocínio, a operação da razão, como argumentação. Para o pensador grego, “o raciocínio é um argumento, em que, estabelecidos certos fatos, outros fatos se deduzem necessariamente dos

primeiros” (ARISTÓTELES, 1978, p. 5). Assim, raciocinar é saber extrair conclusões de proposições estabelecidas pela linguagem. O plano estrutural do argumento, previsto por Aristóteles, pode ser descrito pelo clássico silogismo “se D, então C”, terminologia utilizada por Toulmin (1958). Nesse modelo, raciocinamos a partir de fatos (*datum*) ‘D’, e deles chegamos a conclusões ou afirmações ‘C’ (TOULMIN, 1958, p. 97-99).

Os estudos sobre argumentação foram se formando e ramificando durante mais de dois milênios, e se diversificaram de forma mais acentuada no século XX. É considerável a variação existente entre os tratamentos das distintas disciplinas que estudam o fenômeno (por exemplo, os estudos literários, a filosofia, a jurisprudência, a lógica ou a linguística). Também dentro dos estudos da linguagem, a diversidade teórica é inegável, além de haver importantes entrelaçamentos de uma disciplina com outra(s)⁸. Os estudos linguísticos contemporâneos ampliam as noções aristotélicas e propõem a análise de argumentos a partir de dados empíricos (falados ou escritos). Por exemplo, a teoria Pragma-Dialética (EEMEREN; GROOTENDORST, 1984; EEMEREN, 1992) apoia-se na Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, 1962; SEARLE, 1969) para analisar os argumentos apresentados em situações em que há divergência de opinião.

Numa perspectiva interacional (SCHIFFRIN, 1987), a argumentação é coconstruída na interação, e o desenho sequencial da fala argumentativa pode mostrar como os participantes usam a fala para atingir seus objetivos comunicativos em situações reais. No primeiro capítulo de *Discourse Markers* (1987), a autora propõe uma análise discursiva da argumentação que capte tanto suas propriedades textuais – como um monólogo – quanto suas propriedades interativas – como um diálogo. Central para este trabalho é sua discussão sobre os três componentes da argumentação – *posição*, *disputa* e *sustentação*. De acordo com Schiffrin (1987, p. 18), a *posição* tem como ponto chave a *ideia* (isto é, as informações descritivas de situações, estados, eventos e ações no mundo). Outra parte importante da posição é o *compromisso* do falante com aquela ideia, tratado no presente trabalho como o grau de adesão (ou *alinhamento*, cf. GOFFMAN, 1981) que o falante assume em relação a uma posição. Schiffrin identifica ainda outro elemento da posição, a sua *representação*, em outros termos, o estilo adotado pelo falante para apresentar a ideia. A autora observa que, muitas vezes, a representação de posições, não só pode revelar ideias, como também valores morais e reivindicações de competência e de caráter. Nos dados aqui investigados, as posições constituem o *locus* privilegiado de ocorrência de construções subjetivas deônticas.

Ao tratar da *disputa* em relação a uma posição, Schiffrin observa que os indivíduos podem orientar sua oposição para qualquer um (ou mais) de seus elementos: um desacordo pode estar

⁸ Aos leitores em busca de uma historiografia das teorias da argumentação, remetemos às exposições de Eemeren, Grootendorst e Henkemans (1996) e, em forma mais condensada, a Cox e Willard (1982).

centrado no conteúdo proposicional, em seu alinhamento, ou em implicações pessoais e morais do desempenho verbal.

O terceiro componente da argumentação é a *sustentação*, que fornece informação por meio da qual o falante induz o ouvinte a tirar uma conclusão a respeito da aceitabilidade ou legitimidade/verossimilidade da posição. Schiffrin (1987) observa, entretanto, que a análise da sustentação em uma argumentação envolve também relações inferenciais entre ideias. A autora destaca ainda que, em muitas argumentações por ela examinadas, tanto o conteúdo da sustentação quanto a relação inferencial entre sustentação e posição são amplamente variáveis: formas de sustentação diferentes, como a evidência empírica, a exemplificação pessoal, a analogia, e o apelo à autoridade podem ser interpretados como validando uma posição.

3. CONTEXTO DO ESTUDO E METODOLOGIA

Em termos de posicionamento epistemológico-científico, realizamos um estudo exploratório (GIL, 1999), combinando duas teorias sociolinguistas – a Funcionalista e a Interacional – em um mesmo processo de análise, que pode servir de base para estudos futuros. O método de análise é qualitativo, uma vez que foca na elucidação de processos de construção de sentidos, tendo na linguagem o celeiro desta produção (DENZIN; LINCOLN, 2000).

No método qualitativo de pesquisa, os conceitos e as teorias emergem dos dados e são exemplificados neles. Há uma interação dinâmica entre os dados e a teoria. A pesquisa qualitativa procura descrever as principais ocorrências relevantes e faz uma correlação entre essas ocorrências e o contexto social mais amplo, a fim de que possam ser usadas como excertos concretos dos princípios abstratos que regem a organização social (ERICKSON, 1992).

Nossos materiais integram o acervo do Grupo de Pesquisa PORUS (Núcleo de Estudos Linguísticos do Português em Uso), sediado na Universidade Federal Fluminense. Os dados perfazem a transcrição de vinte e cinco discursos proferidos no ano de 2014 por deputados de diversos partidos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro⁹, onde cada um dos parlamentares usa a tribuna para defender pontos de vista favoráveis aos respectivos campos de atuação.

De acordo com Goffman (2002), uma conversa pode ocorrer tanto na tribuna quanto no bar da esquina. Mas, quando a fala vem da tribuna, quem escuta é uma platéia, não um conjunto de companheiros de conversa. A fala na tribuna é dirigida a um agrupamento massificado, mas visível

⁹As transcrições dos discursos na íntegra podem ser acessadas no link http://www2.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=57.

fora do palco. Assim, os discursos proferidos na ALERJ são ouvidos por uma plateia presente, mas são também direcionados a um público virtual: os eleitores.

Selecionamos para este estudo dois discursos: o do deputado Thiago Pampolha (PDT), parlamentar da base governista, e do deputado Luiz Paulo (PSDB), oposição ao então governo, ambos proferidos em sessões ordinárias da ALERJ em dezembro de 2014.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Os excertos analisados nesta seção mostram a estreita relação entre gramática e discurso, mais especificamente, entre argumentação e construção subjetiva deôntica com verbo *é* + *necessário*, o que implica o reconhecimento de que a gramática molda o discurso e o discurso molda a gramática (OCHS; SCHEGLOFF; THOMPSON, 1996). Pode-se observar ainda o efeito parentético da construção, que expressa valores semânticos de generalidade e neutralidade, estabelecendo uma assimetria entre a construção e o contexto discursivo, promovendo um efeito “ilha” (DIAS; BRAGA, 2018). Tal efeito justifica a relevância de uma análise sintática atrelada aos valores semânticos e discursivos.

Dessa forma, este estudo traz contribuições a uma nova possibilidade de análise que posiciona a gramática como um produto da sociabilidade vivida. Isso implica a consideração de elementos gramaticais que operam em conjunto com eventos discursivo-interacionais. No caso deste trabalho, a construção sintática investigada opera na argumentação dos deputados, atuando na atenuação da posição¹⁰ defendida pelo parlamentar na tribuna da ALERJ.

Para fins de análise, organizamos os dados em um quadro que mostra o componente argumentativo à esquerda e os turnos de fala correspondentes à direita. Como não é possível mostrarmos todo o processo argumentativo, pois ultrapassa o escopo do trabalho, optamos por analisar apenas as sequências de argumentação em que ocorrem as construções investigadas.

O primeiro excerto focaliza o discurso do deputado Thiago Pampolha (PDT), proferido em 3 de dezembro de 2014, em sessão ordinária da ALERJ¹¹. Em sua fala, o parlamentar questiona os serviços prestados pela J. S. Salazar, empresa contratada pelo município do Rio de Janeiro para realizar apreensão, reboque e depósito de veículos infratores. Por meio de exemplos empíricos, Pampolha sustenta que a empresa não tem idoneidade nem é capacitada para gerir os depósitos

¹⁰ Tal como referenciado no item 2 deste artigo, fazemos uso em nossa análise dos componentes da argumentação propostos por Schiffrin (1987): posição, disputa e sustentação.

¹¹ O discurso na íntegra pode ser acessado em:

http://www2.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=57&url=L3RhcWFsZXJqLm5zZi81ZDUwZDM5YmQ5NzYzOTFiODMyNTY1MzYwMDZhMjUwMi9kZDMxYzgwNTYwOTk0OGRiODMyNTdkYTMyMDczYzg5OD9PcGVuRG9jdW1lbnQ=.

públicos de carros do Rio de Janeiro. O excerto (1) mostra a continuidade dessa fala do deputado, em que ele apresenta sua posição.

Excerto (1)

Posição1	É claro que precisamos de depósitos, de multas e reboques, e devemos enxergar tudo isso com naturalidade,
Sustentação	porque é a lei sendo cumprida.
Sustentação avaliativa	Acho maravilhoso as pessoas poderem andar pela calçada, as senhoras poderem passar com carrinhos de bebê, os idosos e cadeirantes andarem sem problemas numa calçada desocupada, desbloqueada, sem carros atrapalhando o ir e vir das pessoas.
Pergunta retórica/Disputa	Mas, Sr. Presidente, a que preço?
Sustentação avaliativa	O que estão fazendo com os moradores e usuários de veículos daquela região é uma covardia.
Posição2	Queremos, sim, repito, que os depósitos cumpram sua função, mas <u>é necessário que a Prefeitura compreenda que deve haver uma preparação antes;</u>
Sustentação	não é apenas sair multando e rebocando carros.
Posição 2 (reformulada)	Vamos pensar em dois aspectos: antes de multar e rebocar, temos que encontrar uma solução para que as pessoas não incorram naquelas irregularidades, que são os fatos geradores das multas.

No início do fragmento acima, o deputado reconhece haver necessidade dos serviços prestados pela empresa, primeira posição defendida por ele. Essa posição funciona como uma concordância parcial (GARCIA, 1998) com o ponto de vista do antagonista. Isso porque, após apresentar sustentações dessa posição, o parlamentar introduz uma pergunta retórica¹² que lhe possibilita orientar sua argumentação para um sentido contrário ao defendido nessa primeira posição. Tanto a pergunta retórica quanto a sustentação que a sucede possibilitam a inferência de que a empresa J. S. Salazar estaria excedendo suas atribuições na realização do trabalho contratado. Ambas as estratégias orientam-se para a apresentação da segunda posição no discurso do deputado. Essa posição possui estrutura dual e tem sua força modificada internamente pela presença do marcador de contraste “mas” que orienta a argumentação para a segunda parte da posição¹³.

¹² De acordo com Fávero (2001, p. 95), “a pergunta retórica ocorre quando o falante elabora a pergunta, mas já conhece a resposta”.

¹³ Conforme Koch (2007, p. 35), quando ocorrem argumentos orientados para conclusões contrárias, principalmente em construções em que o segundo argumento é introduzido pelo operador de contraste “mas” e seus similares, o primeiro argumento introduzido pelo locutor é um *argumento possível* para uma conclusão R; a este, opõe-se um *argumento decisivo* para a conclusão contrária não-R. Dessa forma, a orientação argumentativa aponta para o segundo argumento apresentado (no nosso caso, o ‘peso’ da argumentação recai sobre a segunda parte da OPMOD). Estamos tomando aqui o sentido de *operador argumentativo*, cunhado por Ducrot (1976), no âmbito da Semântica Argumentativa, para designar certos elementos da gramática de uma língua que têm por função indicar (“mostrar”) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam (cf. KOCH, 2007, p. 30).

Entretanto, esse marcador não atua na posição do deputado como um operador que contrapõe argumentos orientados para conclusões contrárias, tal como referenciado na literatura¹⁴. No caso, a segunda parte da posição não constitui necessariamente uma refutação à primeira parte, atuando mais como uma complementação, uma inclusão de informação ao que é defendido primeiramente pelo parlamentar.

A modalidade deôntica de “obrigação”, expressa na matriz **é necessário**, marca o posicionamento do falante que vê a existência de condições necessárias para o fato expresso na oração completiva subjetiva que a prefeitura compreenda que deve haver uma preparação antes. Além de impessoalizar o dito¹⁵, o falante, ao fazer a inserção do verbo “compreender”, desfocaliza a agentividade da prefeitura na execução da ação de adotar medidas socioeducativas antes de aplicar a lei; e a escolha do modo subjuntivo projeta o fato para o mundo irreal. Nota-se ainda que a modalização deôntica, expressa pelo adjetivo “necessário” na oração matriz, harmoniza-se com os verbos modais deônticos “deve”, na oração completiva subjetiva, e “temos (que)” na repetição subsequente da posição: “temos que encontrar uma solução para que as pessoas não incorram naquelas irregularidades”¹⁶. O adjetivo *necessário* veicula uma necessidade, que atenua a obrigação forte expressa pelos demais recursos linguísticos e projeta uma ideia de futuridade da ação, que não deverá ser executada pelo deputado.

À época de seu discurso, o partido do deputado Thiago Pampolha, PDT, fazia parte da base governista do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. Essa aliança política pode ter contribuído para a atenuação da posição do parlamentar em relação à conduta a ser seguida pelo município na execução de medidas socioeducativas precedentes à penalização legal. Outra pista que nos leva a essa interpretação são os apelos e elogios dirigidos explicitamente a Eduardo Paes, eleito interlocutor endereçado (GOFFMAN, 1981), por duas vezes, nesse discurso de Pampolha. A construção subjetiva deôntica qualifica de forma mais imparcial, geral, o posicionamento do deputado, funcionando como “ilha” cercada de elementos linguísticos pessoais, servindo para escamotear a expressão de subjetividade do falante (DIAS; BRAGA, 2017; DIAS; LIMA-HERNANDES; ABRAÇADO, 2017).

O segundo discurso analisado neste estudo tem duas ocorrências de construção subjetiva. A fala do deputado Luiz Paulo Correa da Rocha (PSDB), também proferida em sessão ordinária no

¹⁴ Cf. Koch (2007, p. 35), dentre os operadores argumentativos, o “mas” é considerado “o operador argumentativo por excelência” entre aqueles que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias.

¹⁵ Na primeira parte da posição, o falante assume autoria e responsabilidade (GOFFMAN, 1981) por suas palavras, visto o uso misto das primeiras pessoas do plural (“queremos”) e do singular (“repito”).

¹⁶ De acordo com Neves (2006, p.175), “a modalização deôntica é propícia à coocorrência de mais de uma marca modal”.

dia 03 de dezembro de 2014¹⁷, versa sobre o sistema viário na região metropolitana do Rio de Janeiro. No trecho em que ocorre a primeira construção subjetiva deôntica, o tópico discursivo é o edital de concessão administrativa da ponte Rio-Niterói. A pergunta retórica que inicia o excerto a seguir cumpre o papel de introduzir esse novo tópico no discurso do parlamentar.

Excerto (2)

Pergunta retórica	Qual é a mais importante obra, hoje, que liga a Cidade do Rio de Janeiro a Niterói e São Gonçalo?
Sustentação	É a Ponte Rio/Niterói. Esta Ponte vai ser objeto de um novo edital de concessão, porque o prazo de concessão está extinto.
Posição	Se vai ser objeto de um novo edital de concessão, seria necessário que nós opinássemos sobre os acessos dessa nova concessão na mesma ponte,
Sustentação	mas a concessão é nova – na Cidade do Rio de Janeiro e em Niterói.
Sustentação	Recentemente, foi criada uma câmara técnica de transportes, pelo Governador Pezão, para a Região Metropolitana. Se não me engano, ela é presidida pelo subsecretário Vicente Loureiro, que é um homem muito experiente nessa área do planejamento urbano, mas que, seguramente, também não foi ouvido nesse tema, porque a ANTT acha que lá do seu pedestal brasileiro, Deputada Lucinha, sabe tudo.

A posição do deputado é construída por duas unidades de informação (CHAFE, 1985; DECAT, 2014), numa relação semântica de condição-consequência. Na condição, identificamos a sua reivindicação: o novo edital de concessão da ponte Rio-Niterói. Em seguida, na consequência, a oração matriz, **seria necessário**, seleciona a oração completiva sujeito que nós opinássemos sobre os acessos dessa nova concessão na mesma ponte. Observa-se ainda que as construções subjetivas deônticas, com seu valor menos pessoal, mostrando uma informação que pode ser percebida em estado potencial, com possibilidade de realização futura, funcionariam como *ilhas* cercadas por segmentos que veiculam as experiências diretas/indiretas do falante, portanto, parte da realidade. Tal assimetria explicaria o efeito parentético frequentemente associado a elas. O uso do futuro do pretérito na oração matriz atenua a modalidade deôntica de “obrigação”, talvez por ser de responsabilidade da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) o edital dessa concessão. Ou seja, embora esteja localizada no estado do Rio de Janeiro, a Ponte Rio-Niterói faz parte da rodovia federal BR 101 e cabem ao governo federal as decisões sobre sua administração. Assim, institucionalmente não compete ao deputado opinar sobre sua gestão. Por isso a atenuação do valor deôntico na posição do deputado.

¹⁷O discurso na íntegra pode ser acessado em:

http://www2.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=57&url=L3RhcWFsZXJqLm5zZi81ZDUwZDM5YmQ5NzYzOTFiODMyNTY1MzYwMDZhMjUwMi9hZTZhZWU2ZTFhOGQzMjZiODMyNTdkYTMwMDcyOTlkMj9PcGVuRG9jdW1lbnQ=.

Na continuidade da fala do deputado Luiz Paulo, pode ser observado que uma característica contextual macro orienta seu discurso e a apresentação de sua posição. À época, o partido do parlamentar compunha a base de apoio ao governo do Rio de Janeiro, mas fazia oposição à administração do município. Na defesa de sua segunda posição neste discurso, o deputado critica a gestão do então prefeito Eduardo Paes que, segundo ele, “faz seus projetos de mobilidade sem conversar com o Estado, como se este, que faz a gestão metropolitana, não tivesse nada a ver em relação aos investimentos da Prefeitura”. O parlamentar orienta sua argumentação apresentando dois exemplos empíricos que mostram a falta de empenho da Prefeitura e do Estado nas relações entre os poderes municipal e estadual, sustentação mostrada no início do excerto (3). Nota-se que, na apresentação da primeira evidência de ausência de interlocução entre os dois poderes, o parlamentar orienta suas críticas diretamente à gestão municipal, enquanto o segundo exemplo desloca a agentividade do governo estadual para a figura de Carlos Minc, que, à época da construção da Perimetral, era Secretário do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, a crítica do deputado Luiz Paulo exime o governador da responsabilidade sobre a falta de diálogo com a prefeitura. Sequencialmente, o parlamentar apresenta sua posição, formulada via construção subjetiva com modal de obrigação “necessário”.

Excerto (3)

Sustentação	<i>Repito aqui, Deputada Lucinha, nas duas Audiências Públicas, que o Estado fez sobre o projeto – absurdo - do Linhão, que eles batizaram de Linha 4, não esteve presente qualquer profissional da Prefeitura. E esse projeto do Metrô é inteirinho dentro da Cidade do Rio de Janeiro. No contraponto dessa questão - não está aqui presente agora, mas eu gostaria que estivesse -, o dublê de Secretário, o Deputado Carlos Minc, delegou - quando Secretário, ou a Secretaria que ele comandou - ao Município os estudos de impacto ambiental da demolição da perimetral. E o Estado não participou em nada, como se a Perimetral não fosse uma obra metropolitana, fosse só do Município.”</i>
Posição	É necessário <u>que tenha esse órgão gestor metropolitano para coordenar os investimentos e os esforços, para fazer todos falarem com todos.</u>
Sustentação	Vejam que o Governo do Estado é comandado pela legenda do PMDB e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro também.
Posição (reformulada)	Por isso deveriam mais do que nunca se comunicar.

No excerto acima, a oração matriz, **É necessário**, seleciona um argumento sujeito, a oração completiva subjetiva que tenha esse órgão gestor metropolitano para coordenar os investimentos e os esforços, para fazer todos falarem com todos, a qual constitui a posição defendida pelo parlamentar. Também nesse exemplo observa-se que a expressão de necessidade sinalizada na

oração matriz atua em harmonia (NEVES, 2006) com outros elementos que estão presentes na construção subjetiva deôntica. No caso, a presença do verbo modal “tenha” contribui para expressar o posicionamento do deputado em direção à necessidade de execução da ação descrita na oração completiva subjetiva. O parlamentar imprime *controle* sobre a proposição (NEVES, 2006) e sinaliza a *conduta* a ser seguida: a criação de um órgão gestor metropolitano que trabalhe junto ao governo estadual. Mas, com as leituras de futuridade (BYBEE, 1994; CASTILHO, 2010), presente no adjetivo *necessário*, e de potencialidade, na forma de infinitivo (BYBEE, 1994) das orações com *para*, a proposta do deputado mostra distanciamento da realização efetiva, ao colocar a execução da criação de um órgão gestor metropolitano para coordenação de projetos em conjunto entre estado e município, como de responsabilidade de terceiros (DIAS; ABRAÇADO; LIMA-HERNANDES, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo acompanhamos a trajetória da argumentação em discursos proferidos por dois deputados na ALERJ. Analisamos as partes em que houve ocorrência de construções subjetivas deônticas com verbo *ser* + *necessário* na fala argumentativa dos parlamentares. Todas as ocorrências encontradas estavam na ordem preferencial e não marcada oração matriz + oração completiva subjetiva. Nos casos analisados, as orações matrizes instanciam a modalidade deôntica, expressando obrigação moral ou material mais fraca. Consideramos que o posicionamento deôntico do falante é instanciado pelo predicativo, *necessário*, ainda que outras marcas modais possam coocorrer no entorno linguístico.

Em relação aos componentes da argumentação propostos por Shiffrin (1987), a posição¹⁸ é o lócus de ocorrência da construção aqui investigada. Como essas construções expressam o posicionamento do falante em direção à necessidade de execução da ação descrita na oração completiva subjetiva, seu instanciamento na argumentação dos parlamentares é coerente com a posição defendida por eles.

O trabalho mostrou que o uso da construção subjetiva deôntica com verbo *ser* + *necessário* tem orientação argumentativa em discursos de parlamentares da ALERJ. O uso dessa construção atua na argumentação dos deputados como uma forma de escamotear a força da posição argumentativa do parlamentar, tendo em vista seu papel no contexto político à época. No excerto (1), por fazer parte da base aliada, o deputado opta por não enfatizar a responsabilidade do governo

¹⁸ De acordo com Shiffrin (1987), a posição é composta pela ideia e pelo compromisso com essa ideia. Remetemos às discussões do item 2 deste trabalho.

na contratação da empresa gestora dos depósitos públicos de carros do Rio de Janeiro. No excerto (2), como a responsabilidade sobre a gestão da Ponte Rio-Niterói é do governo federal, o parlamentar modaliza suas críticas, já que o edital de concessão não é de sua alçada. Observa-se, nesse caso, que o verbo *ser* encontra-se no futuro do pretérito, contribuindo para a atenuação da posição do parlamentar. O excerto (3) apresenta a coocorrência de mais uma marca modal, além do predicativo “necessário”: o modal “tem que” mostra uma maior ênfase na obrigação da conduta a ser seguida. Como o deputado Luiz Paulo faz oposição ao governo municipal e a responsabilidade do governo estadual sobre a falta de diálogo entre os dois poderes é deslocada para a secretaria comandada por Carlos Minc, a fala do parlamentar tem uma orientação argumentativa mais enfática em relação aos trechos dos discursos analisados anteriormente.

As análises realizadas evidenciam a estreita relação entre o uso de construção subjetiva deôntica com *é necessário* e sua relação com a posição defendida pelo deputado na argumentação. Vimos como essas construções atuam no discurso dos parlamentares no sentido de atenuar a posição defendida por eles. Por serem “ilhas” cercadas de pessoalidade e especificidade, elas emitem informação mais genérica, contrastando com o contexto marcado por experiências mais pessoais.

O instrumental da teoria funcionalista sobre investigação de orações, em conjugação com a teoria da argumentação de base interacional, mostrou-se extremamente produtivo, pois pudemos relacionar melhor o uso de construções subjetivas deônticas ao contexto de sua ocorrência, mostrando como essas construções contribuem para modalizar o que é defendido pelos deputados, na tentativa de atenuar a apresentação de críticas a aliados políticos.

Esperamos, assim, ter contribuído para os estudos que se dedicam a elucidar a interface gramática e interação, pois relacionamos uma regularidade linguística, o uso de construções subjetivas deônticas, ao seu contexto de produção em situação real: a fala argumentativa de parlamentares na tribuna da ALERJ.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAÇADO, J.; LIMA-HERNANDES, M. C.; DIAS. A futuridade e sua expressão linguística na interação humana. In: RESENDE, B. D. de; LIMA-HERNANDES, M. C.; PAULA, F. V. DE; MÓDOLO, M.; CAETANO, S. C. (org.). *Linguagem e cognição*. Um diálogo interdisciplinar. Lecce, Itália: Editora Pensa, 2015.

ALVES WIEDEMER, D. A modalidade deôntica na construção completiva impessoal com matriz *ser + preciso*: uma análise cognitivo-funcional. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 100-114, 2016.

ARISTÓTELES. *Tópicos*. Os pensadores. São Paulo: Abril, 1978.

- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford, Oxford University Press, 1962.
- BYBEE, J. *Língua, uso e cognição*. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez. 2016.
- BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar*. Tense, aspect and modality in the languages of the world. Chicago: Chicago University Press, 1994.
- CASIMIRO, S. *Um estudo das modalidades deôntica e volitiva nos discursos do presidente Lula*. 2007. 107 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2007.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHAFE, W. L. Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. In: OLSON, D.; TORRANCE, N.; HILDYARD, A. (ed.). *Literacy, language and learning: the nature and consequences of reading and writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 105-123.
- COSTA, R. D. *A multifuncionalidade e trajetória de “por exemplo”*. 2008. 156f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Juiz de Fora/Faculdade de Letras, 2008.
- COX, J. R.; WILLARD, C. A. Introduction: the field of argumentation. In: COX, J. R.; WILLARD, C. A. (ed.). *Advances in argumentation theory and research*. Carbondale/Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1982.
- DECAT, M. B. A noção de unidade informacional no tratamento da subordinação. *Veredas*, v. 18, n. 2, 2014.
- DENZIN, N.; LINCOLN, Y. The discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. *The handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, CA, USA: Sage Publications, 2000.
- DIAS, N. B. A subjetividade nas construções completivas impessoais do português brasileiro. *Revista Portuguesa de Humanidades – Estudos Linguísticos*. Braga, Universidade Católica Portuguesa, v. 17, n. 1, p. 7-22, 2013.
- DIAS, N. B. A construção completiva com “ser + adjetivo avaliativo”. *Idioma*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 62-80, 2014.
- DIAS, N. B.; BRAGA, M. L. As construções subjetivas avaliativas. In: OLIVEIRA, M. R. de; CEZÁRIO, M. M. (org.). *Funcionalismo Linguístico – vertentes e diálogos*. Niterói, RJ: Eduff, 2017.
- DIAS, N. B.; LIMA-HERNANDEZ, M. C.; ABRAÇADO, J. Construções subjetivas. In: BAGNO, M.; CASSEB-GALVÃO, V.; REZENDE, T. F. (org.). *Dinâmicas funcionais da mudança Linguística*. São Paulo: Parábola, 2017.
- DIAS, N. B.; VIEIRA, A. T. A interface gramática e interação: orações de finalidade e construções apositivas na sustentação de pontos de vista em uma audiência de conciliação no PROCON. In: SILVEIRA, S. B.; MAGALHÃES, T. G. (org.). *A fala-em-interação em situações de conflito*. São Carlos, SP: Claraluz, 2008.
- DUCROT, O. *Princípios de semântica linguística*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- EEMEREN, F. H. *Argumentation, communication, and fallacies: a pragma-dialectical perspective*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1992.
- EEMEREN, F. H.; GROOTENDORST, R. *Speech acts in argumentative discussions*. Dordrecht: Foris Publications, 1984.

- EEMEREN, F. H.; HENKEMANS, L. *Fundamentals of argumentation theory: a handbook of historical backgrounds and contemporary developments*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 1996.
- ERICKSON, F. Ethnographic microanalysis of interaction. In: LECOMPTE, M.; MILLROY, W.; PREISSLE, J. (ed.). *The handbook of qualitative research in education*. New York: Academic, 1992.
- FÁVERO, L. L. A entrevista na fala e na escrita. In: PRETI, D. *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- FERREIRA, J. C. L. “Vamos fazer o seguinte...” – a construção apositiva na interface gramática e interação. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Juiz de Fora/Faculdade de Letras, 2009.
- GARCIA, O. M. Argumentação. In: GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. 17. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOFFMAN, E. *Forms of Talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.
- GOFFMAN, E. Footing. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (org.). *Sociolinguística Interacional*. São Paulo: Loyola, 2002.
- GOLDBERG, A. *Constructions: a construction grammar approach*. Chicago: University Press, 1995.
- GONÇALVES, S. C. L.; SOUSA, G. C. de; CASSEB-GALVÃO, V. C. As construções subordinadas substantivas. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. N. (org.). *Gramática do Português Culto Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- HALLIDAY, M. [1985] *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1994.
- ILARI, R.; BASSO, R. M. O verbo. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. de M. *Gramática do português culto no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2008.
- KOCH, I. V. *A interação pela linguagem*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- LANGACKER, R. On the subject of impersonals. In: BRDAR, M.; GRIES, S. T.; FUCHS, M. Z. *Cognitive linguistics: convergence and expansion*. London: John Benjamim, 2011.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- NEVES, M. H. M. Modalização. In: KOCH, I. V. (org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- OCHS, E.; SCHEGLOFF, E.; THOMPSON, S. (ed.). *Interaction and grammar*. Cambridge: University Press, 1996.
- SCHIFFRIN, D. Approaches to discourse. In: SCHIFFRIN, D. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- SEARLE, J. R. *Speech Acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- TOULMIN, S. E. *The uses of argument*. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.
- TRAUGOTT, E.; TROUSDALE, G. Constructionalization and constructional changes. *Studies in diachronic & historical linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

VIEIRA, A. T.; DIAS, N. B. Orações de finalidade e argumentação: uma proposta de interface gramática e interação. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 2, p. 879-904, 2018.

VON WRIGHT, G. H. Deontic logic. *Mind*, New Series, v. 60, n. 237, p. 1-15, 1951.